

55 Para a indústria, 81 é o pior dos últimos 40 anos

Para o empresário brasileiro, a atual recessão, que já atinge a maior parte da indústria, foi muito além do que seria desejável nas nossas condições, e este deverá ser o pior ano para o parque fabril do País nas últimas quatro décadas, afirmou ontem o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, durante almoço na Câmara Britânica de Comércio.

Para ele, as perspectivas para o próximo ano não são melhores, devendo manter-se o atual nível de atividade para a indústria em seu todo, com flutuações apenas em alguns ramos. No seu entender, esse preço foi superior ao que deveria ser pago para "superarmos as dificuldades de adaptação da economia aos novos níveis de preços do petróleo e das taxas de juros no mercado internacional". Mas, segundo Luís Eulálio, seria uma demonstração de unilateralismo não ver o outro lado da situação, que é positivo: o de que a atual retração pode ser bem administrada pelo governo e pela iniciativa privada, e servir de base para uma retomada a partir de 1983 ou, no máximo, de 1984.

O presidente da Fiesp lembrou que o traumatismo causado pelas elevações dos preços do petróleo e das taxas de juros não permite uma recuperação rápida a qualquer economia, por mais desenvolvida que seja. Mas, frisou, apesar disso, a situação do Brasil pode ser considerada como das melhores ou das menos graves entre os países de nível médio de desenvolvimento, importadores de petróleo. Este país continua sendo um dos mercados mais promissores e mais rentáveis para a aplicação de capitais em todo o mundo. Continuamos hoje tão longe da insolvência quanto estávamos há cinco ou seis anos. E tão próximos do pleno desenvolvimento como jamais estivemos em qualquer outro momento.

O presidente da Fiesp, ao fazer uma análise da política econômica brasileira, disse que, internamente, apesar da prevalência da economia de mercado, a intervenção governamental é volumosa e determinante, mas que os empresários sustentam a posição de que o aporte de capital das empresas brasileiras de capital estrangeiro é considerado de grande valia para a superação das dificuldades econômicas internas.

Ao responder pergunta de um empresário, Luís Eulálio disse que o diálogo entre governo e iniciativa privada, embora melhor agora que no início de sua gestão, ainda não chegou a uma fase ideal. Há seis meses era difícil o governo acreditar em nossas propostas. Hoje, apesar de bem melhor, o diálogo com as autoridades ainda continua difícil. O governo não aceita muito as reivindicações das entidades de classe e "prefere errar sozinho, quando poderia errar com mais parceiros".

Sobre a posição da Fiesp em relação à atual lei salarial, Vidigal garantiu que ela não é conflitante com a da Confederação Nacional da Indústria. Ele esclareceu que a Fiesp apresentou na reunião convocada pela CNI um estudo, feito por um economista, quatro empresários e um professor de Direito, apontando os erros da lei. Como exemplo, ele citou as distorções causadas pelo fato de os aumentos serem baseados no INPC, como a que penaliza um operário de Belo Horizonte, por exemplo, em 20% de seu salário real, em relação a outro, de São Paulo.



Arquivo

Vidigal: 82 será igual

Recessão mal administrada, diz técnico

Da sucursal de
BRASÍLIA

O professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UNB), Décio Garcia Munhoz, disse ontem que "a recessão está mal administrada e o monetarismo em vigor acabará por provocar a retração da atividade produtiva também no próximo ano e em 1983". Segundo ele, a atual política econômica só teria sentido na primeira metade da década de 1970, quando surgiram os problemas criados pela crise do petróleo e o governo contava com dispositivos excepcionais para encobrir as inquietações sociais, o que não ocorre agora.

Garcia Munhoz observou que, para ganhar 10 a 15% na luta contra a inflação anual de 120%, as autoridades econômicas "estão desorganizando tudo, sem ter uma proposta clara e muito menos uma política econômica". Em sua opinião, as autoridades seguem apenas um modelo econômico ortodoxo e que já se esgotou, apenas para satisfazer os credores externos.

Para o professor da UNB, os assalariados já atingiram o limite do sacrifício e as autoridades econômicas não devem fugir da realidade para mudar o seu comportamento, com a consequente retomada da atividade produtiva, sob pena de levar a economia à recessão permanente. Como caminho para a correta reativação da economia, apontou a necessidade da reorientação setorial dos investimentos.

Mesmo com mais de cinco anos de atraso, Garcia Munhoz explicou que ainda há tempo para o redirecionamento da economia, como forma de evitar a exacerbada inflação e, ao mesmo tempo, estimular a oferta de emprego, sem comprometer a abertura política. "O conjunto de medidas recessivas teria menor custo social, quando o mal estava sob controle, logo após a crise do petróleo de 1973. No momento, com inflação acima de 110% ao ano, cabe ao governo adotar uma recessão administrada para que os assalariados não sofram ainda mais" — observou o professor da UNB. Segundo ele, não se trata de dar ênfase a programas do tipo substituição de importações, mas, sim, aos de cunho social, dentro do princípio de que o mal maior é o desemprego aliado à inflação.